

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL

Superintendência de Licenciamento Ambiental

AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

Dia 13/4/2023, início às 19h

Apresentação do do Estudo de Relatório de Impacto de Vizinhança (RIVI)
Empreendimento Residencial Jardins do Lago

Regulamento e demais informações acesse:

<https://www.brasiliaambiental.df.gov.br/apresentacao-e-discussao-do-rivi-do-empreendimento-residencial-jardins-do-lago/>

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL

Superintendência de Licenciamento Ambiental

Apresentação do do Estudo de Relatório de Impacto de Vizinhança (RIVI)
Empreendimento Residencial Jardins do Lago

Contribuições e/ou Perguntas:

WhatsApp (61) 99248-9698 em formato de texto ou áudio

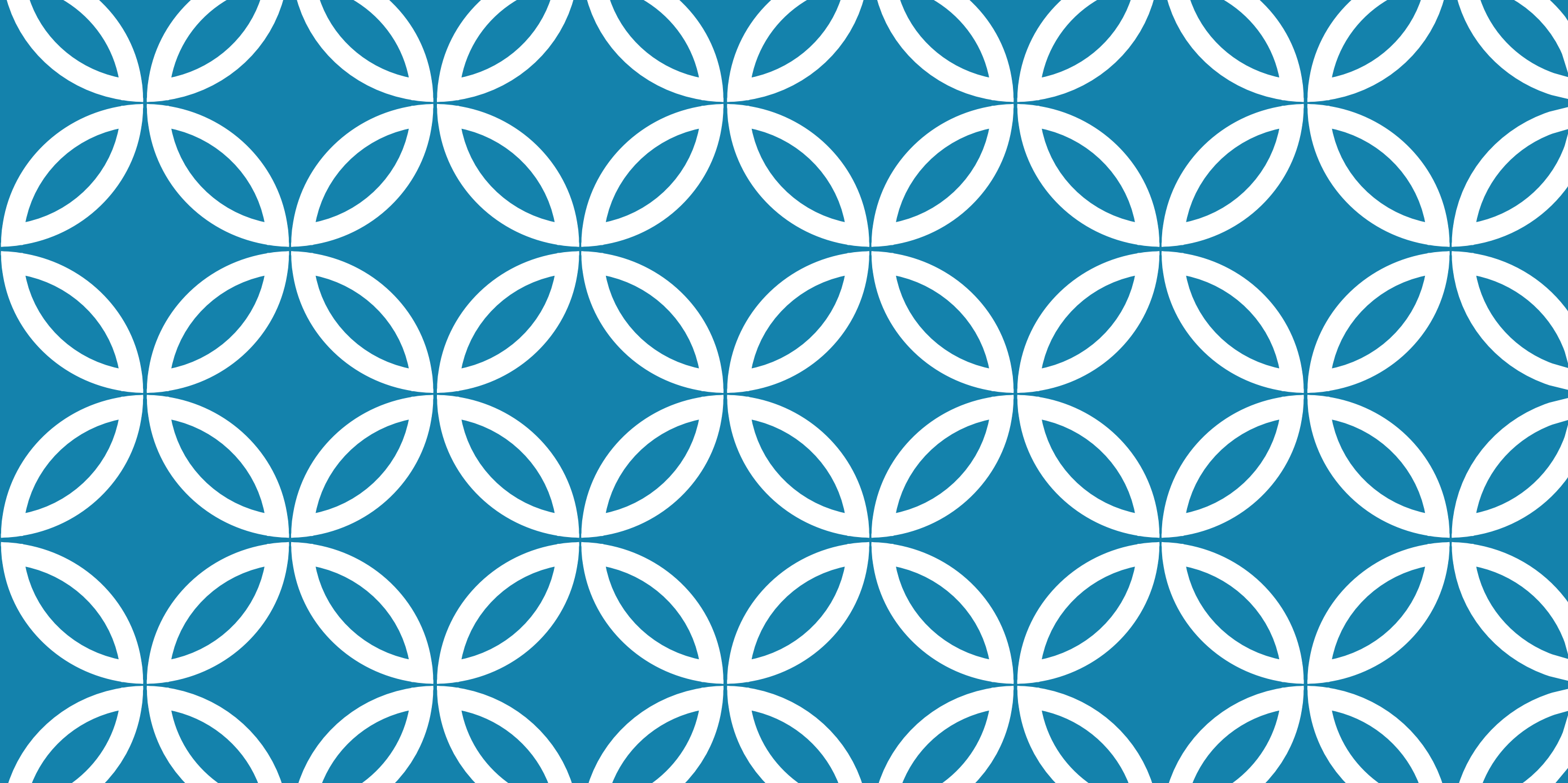
E-mail: licenciamento.ibram@gmail.com

Formulário: <https://www.brasiliaambiental.df.gov.br/apresentacao-e-discussao-do-rivi-do-empreendimento-residencial-jardins-do-lago/>

AS MANIFESTAÇÕES DEVEM SER ENCAMINHADAS PREFERENCIALMENTE NA FORMA DE TEXTO, deixando o formato de áudio exclusivamente para aqueles participantes que não tenham condições de envio no formato de texto.

A MANIFESTAÇÃO DEVE SER ENVIADA contendo a identificação do interessado (nome completo, se for representante de algum grupo, associação ou entidade, incluir o nome completo desta).

As pessoas com dificuldade ou sem acesso a internet poderão acompanhar a audiência pública na Sala 5 do Centro de Práticas Sustentáveis (CPS), localizado no Jardins Mangueiral Brasília – DF.



**RELATÓRIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (RIVI)
PARCELAMENTO DE SOLO
RESIDENCIAL JARDINS DO LAGO
QUINHÃO 17 – FAZENDA TABOQUINHA**

REGIÃO ADMINISTRATIVA JARDIM BOTÂNICO – RA XXVII

**Processo Nº00391.00001918/2020-35
Interessado: CARLOS MARCOS MARINHO**

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR E EMPRESA RESPONSÁVEL PELO ESTUDO AMBIENTAL

EMPREENDEDOR

Razão Social: **CARLOS MARCOS MARINHO**

Endereço: SGAS 902 Bloco B Ed. Atenas

CPF: 550.072.957-87

EMPRESA RESPONSÁVEL PELO ESTUDO AMBIENTAL

Razão Social: **Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda.**

Endereço: SAAN Quadra 01 Lote 400

Endereço Eletrônico: www.geologicadf.com.br

CNPJ: 04.657.860/0001-53

OBJETIVO

A proposta dessa apresentação é trazer um formato simplificado do estudo de impacto ambiental, esclarecendo os aspectos técnicos, e compartilhando as informações do projeto de parcelamento de solo, com finalidade urbana, situado na - região administrativa Jardim Botânico/DF.

Trata-se de **UM PARCELAMENTO DE SOLO NOVO**, ou seja, ainda não implantado e que segue os trâmites regulares para aprovação e futuramente o registro cartorial.

Importante reforçar a importância dessa etapa de audiência pública, uma vez que permite a participação da comunidade local com objetivo de incorporar as contribuições na análise do licenciamento ambiental.

Processo de Licenciamento Ambiental SEI-GDF Nº 00391-00001918/2020-35.

COMO É FEITO O ESTUDO AMBIENTAL

O estudo ambiental é uma obrigação exigida pelas leis brasileiras e do Distrito Federal.

O estudo serve para verificar as características ambientais do local onde se pretende construir o empreendimento. Além disso, o estudo ambiental auxilia na decisão acerca da VIABILIDADE AMBIENTAL, identificando os impactos ambientais **negativos e positivos** do projeto que está sendo proposto.

Os impactos ambientais negativos são aqueles que trazem prejuízos à vida das pessoas, dos animais, das plantas, das águas, dos solos e da atmosfera. Para que o impacto negativo tenha o efeito reduzido, o estudo propõe medidas de controle, como exemplo:

- **Para reduzir o efeito do corte das árvores**, o estudo propõe o plantio mudas por meio da compensação florestal;
- **Para reduzir os impactos do lixo produzido** pelos materiais usados nas obras, o estudo propõe coletar e destinar o lixo de forma correta

DENTRE OUTRAS....

Os impactos ambientais positivos são aqueles que não prejudicam o meio ambiente e trazem benefícios à população.

- **Geração de empregos**
- **Oferta de moradias**
- **Oferta de Equipamentos públicos**
- **Oferta de Infraestrutura**
- **Melhorias na prestação de serviços**

Todas as etapas do projeto são analisadas por profissionais habilitados (Equipe multidisciplinar) que avaliam os impactos desde a elaboração dos projetos até a operação do empreendimento.

LOCALIZAÇÃO

Área de Estudo: 261.646,68m² ou 26,16ha

Matrículas nº 26.271; 26.258; 26.170; 25.815 e 167.165 do Cartório do 2º Ofício do Registro Imobiliário do Distrito Federal - ÁREA PARTICULAR

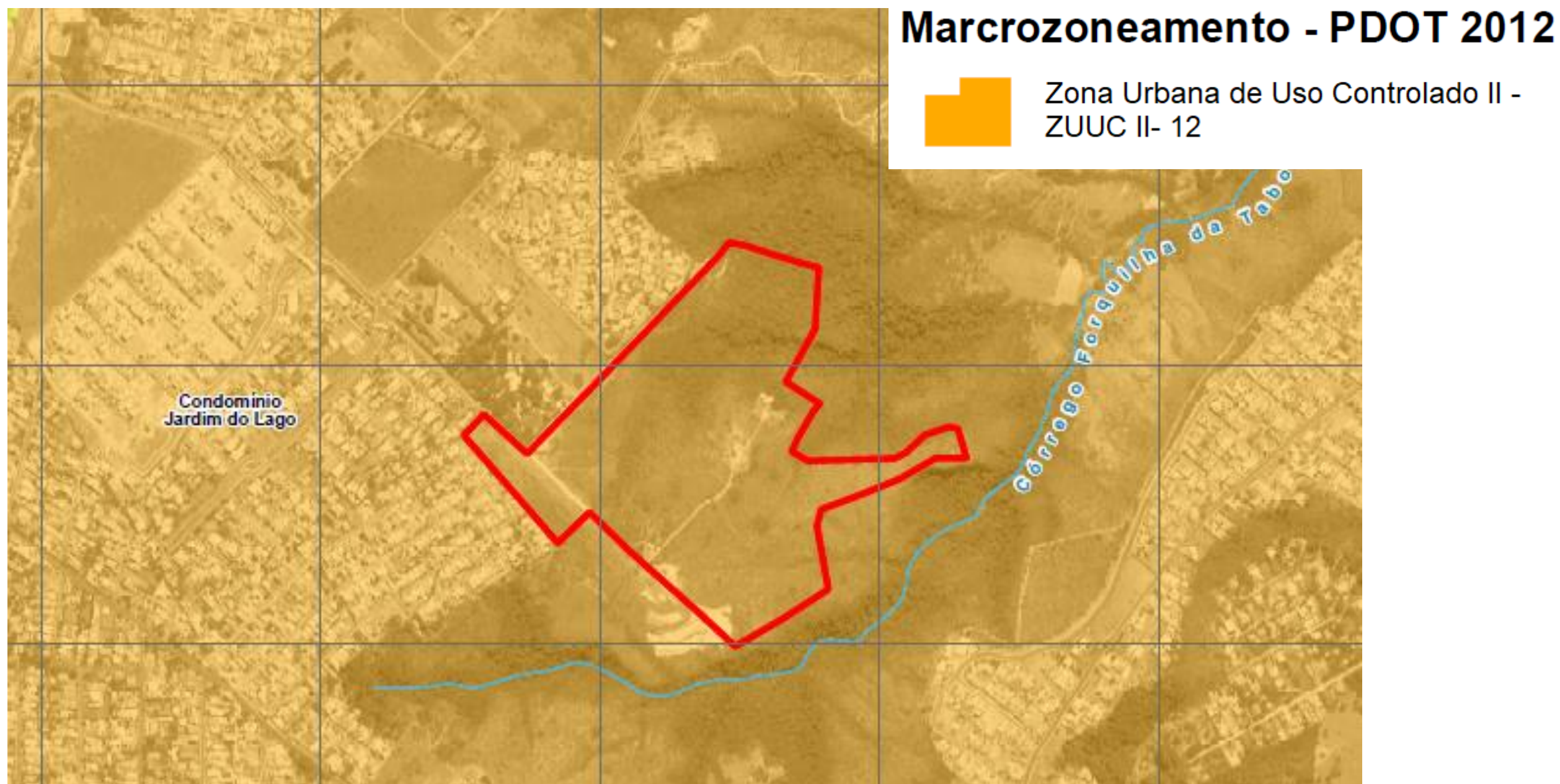
O principal acesso ocorre pela rodovia DF – 001 sentido norte até o balão de entroncamento com a DF 035, virando à direita e seguindo em frente pela via que dá acesso ao Condomínio Jardins do Lago Quadras 1 e 2.



ZONEAMENTOS

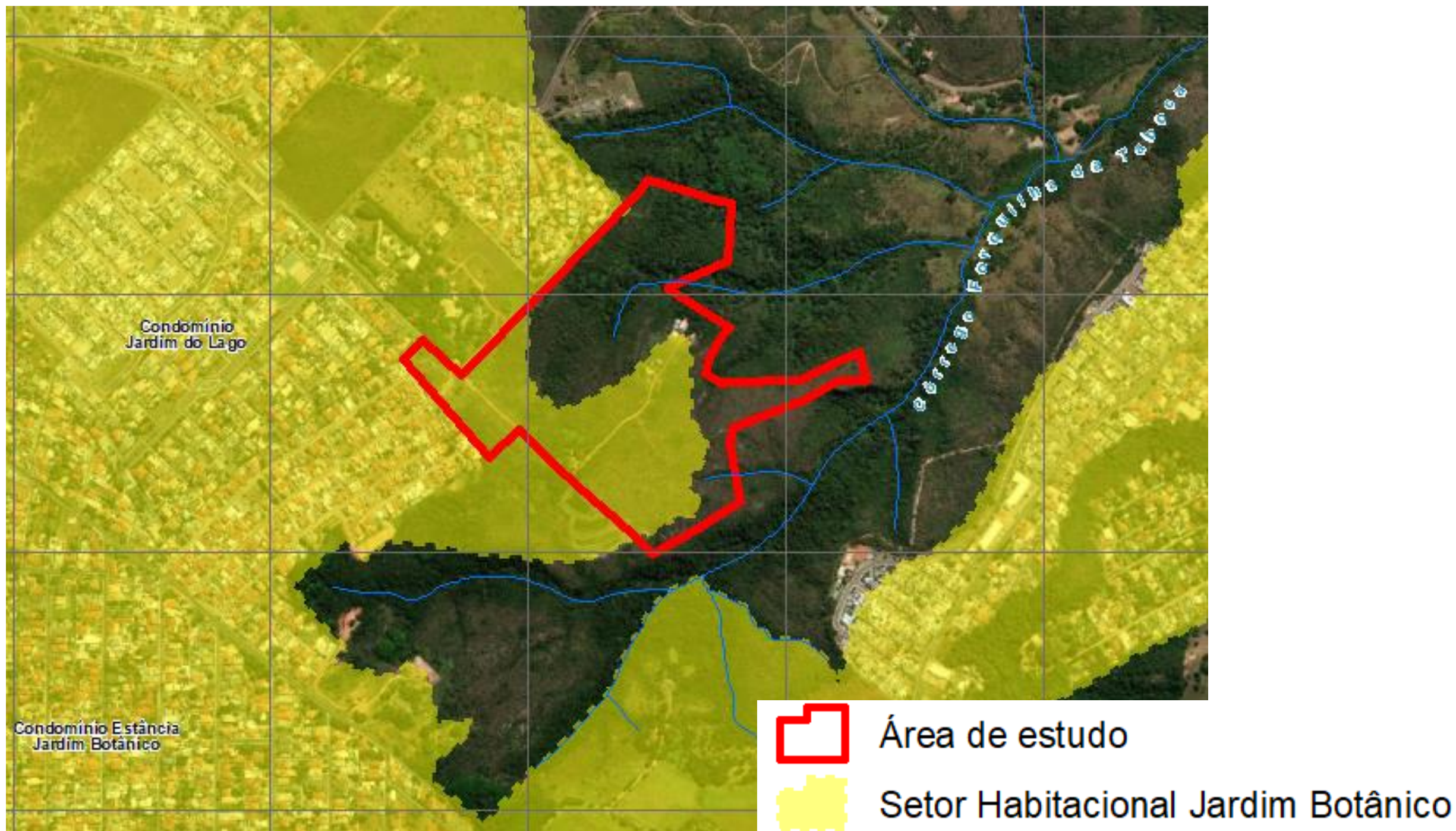
PDOT/DF ZONEAMENTO

A área de estudo situa-se em **Zona Urbana de Uso Controlado II – ZUUC-II** e está parcialmente inserida no **Setor Habitacional de regularização 26 – Jardim Botânico**



PDOT/DF

SETOR HABITACIONAL



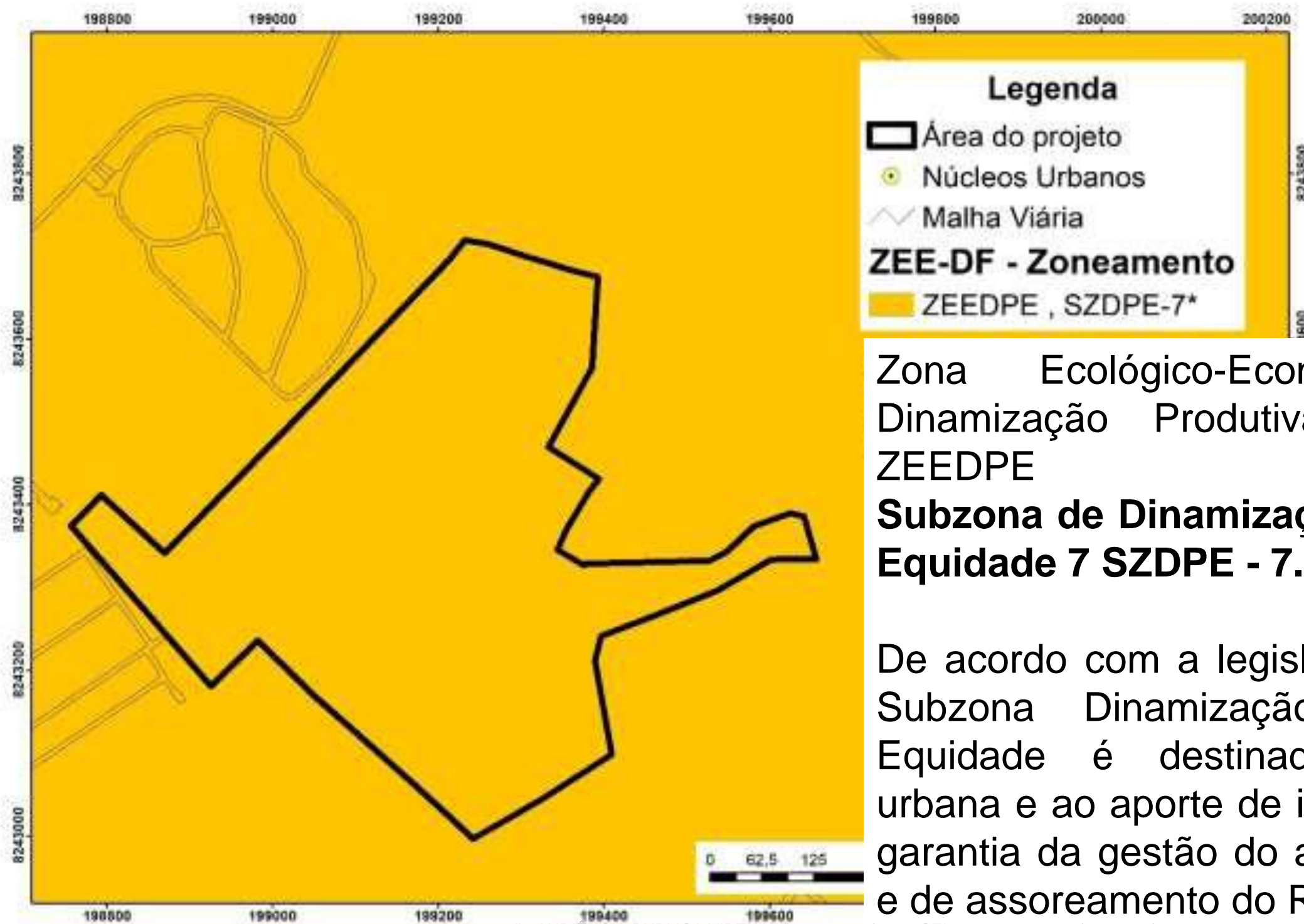
UNIDADE HIDROGRÁFICA

No contexto hidrográfico do Distrito Federal, o empreendimento está localizado na Bacia Hidrográfica Médio São Bartolomeu, mais precisamente na **Unidade Hidrográfica do ribeirão Taboca**.



ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO

ZEE/DF



Zona Ecológico-Econômica de de Dinamização Produtiva com Equidade ZEEDEPE

Subzona de Dinamização Produtiva com Equidade 7 SZDPE - 7.

De acordo com a legislação têm-se que a Subzona Dinamização Produtiva com Equidade é destinada à qualificação urbana e ao aporte de infraestrutura com a garantia da gestão do alto risco de erosão e de assoreamento do Rio São Bartolomeu.

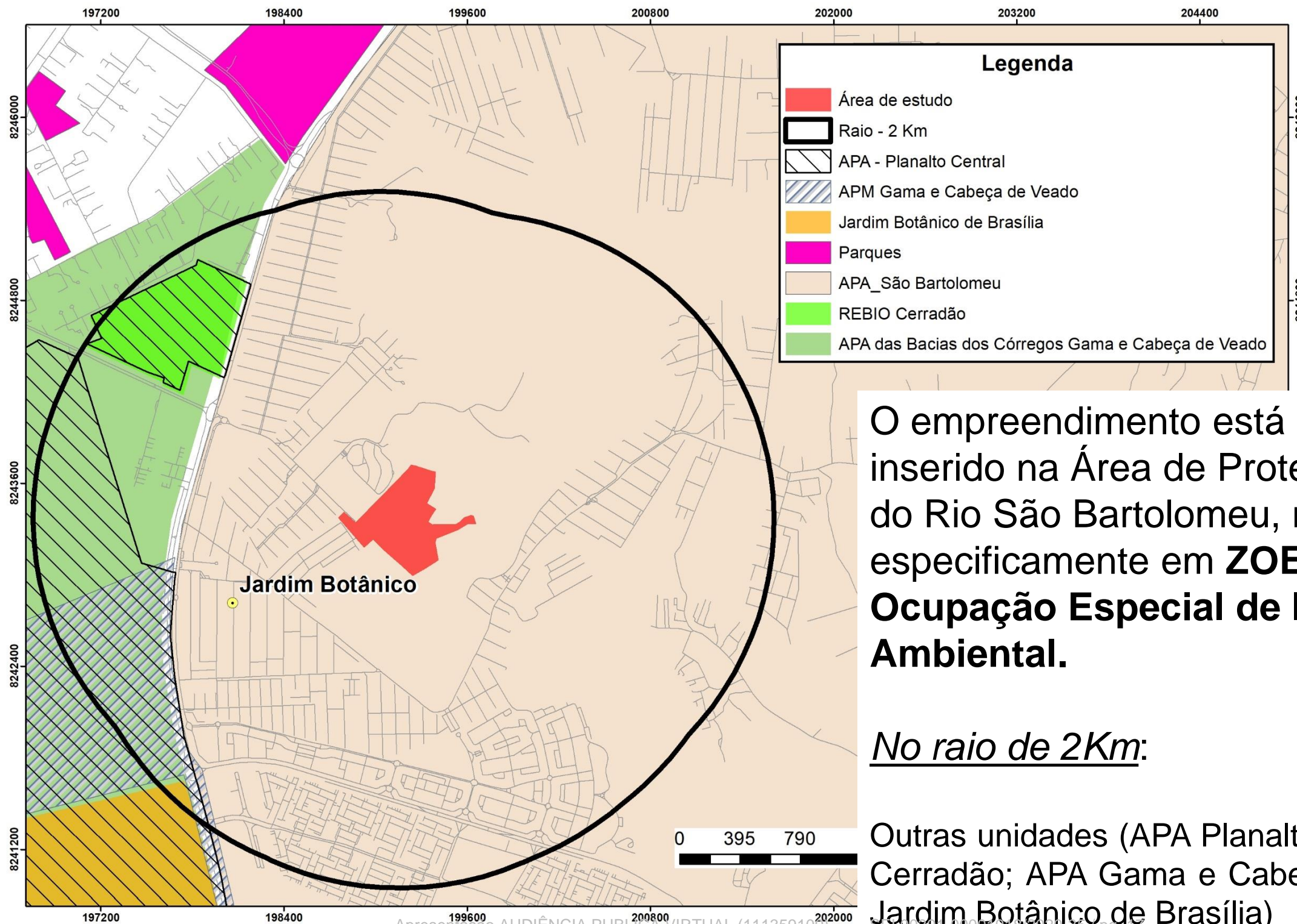
ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO

ZEE/DF

De acordo com o caderno técnico da matriz Ecológica do ZEE, as áreas de maior criticidade são aquelas com ocorrência simultaneamente de três ou quatro riscos ecológicos alto e muito altos, **situação que não ocorre na área em questão.**

Tipo de Risco	Classificação predominante do Risco	Caracterização
Risco de Contaminação de Subsolos	1 (Muito baixo)	Representa cerca de 31,2% do território do D.F.
Risco de Perda de Cerrado Nativo	3 (Médio)	Representa cerca de 31% do território do D.F.
Risco de Perda de Recarga de Aquífero	1 (Muito baixo)	Representa 19,7% do território do DF
Risco de Perda de Solos por Erosão	5(Muito Alto)	Representa 31,2% do território do DF

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



O empreendimento está integralmente inserido na Área de Proteção da bacia do Rio São Bartolomeu, mais especificamente em **ZOEIA – Zona de Ocupação Especial de Interesse Ambiental**.

No raio de 2Km:

Outras unidades (APA Planalto Central; REBIO Cerradão; APA Gama e Cabeça de Veado e o Jardim Botânico de Brasília)

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

No que tange à ZOEIA, o Rezoneamento Ambiental e o plano de manejo aprovados por meio da Lei Distrital n° 5.344 de 19 de maio de 2014 define as seguintes normas:

Art. 13. São estabelecidas as seguintes normas para a ZOEIA:

I – as normas de uso e gabarito de projetos de parcelamento urbano devem ser condizentes com os objetivos definidos para a ZOEIA;

II – as atividades e empreendimentos urbanos devem favorecer a recarga natural e artificial de aquíferos;

III – os parcelamentos urbanos devem adotar medidas de proteção do solo, de modo a impedir processos erosivos e assoreamento de nascentes e cursos d'água;

IV – os novos parcelamentos urbanos devem utilizar infraestrutura de drenagem difusa e tratamento de esgoto a nível terciário para fins de reuso de água e devem adotar medidas de proteção do solo, de modo a impedir processos erosivos e assoreamento de nascentes e cursos d'água;

V – a impermeabilização máxima do solo nos novos empreendimentos urbanos fica restrita a, no máximo, 50 por cento da área total da gleba parcelada;

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

VI – as áreas não impermeabilizadas devem ser compostas de, no mínimo, 80 por cento de área com remanescentes do cerrado já existentes na gleba a ser parcelada e protegidas a partir da criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural ou Áreas de Servidão Ambiental;

VII – no licenciamento ambiental, deve ser avaliada a solicitação de exigências adicionais de mitigação e monitoramento de impactos compatíveis com as fragilidades específicas da área de interesse;

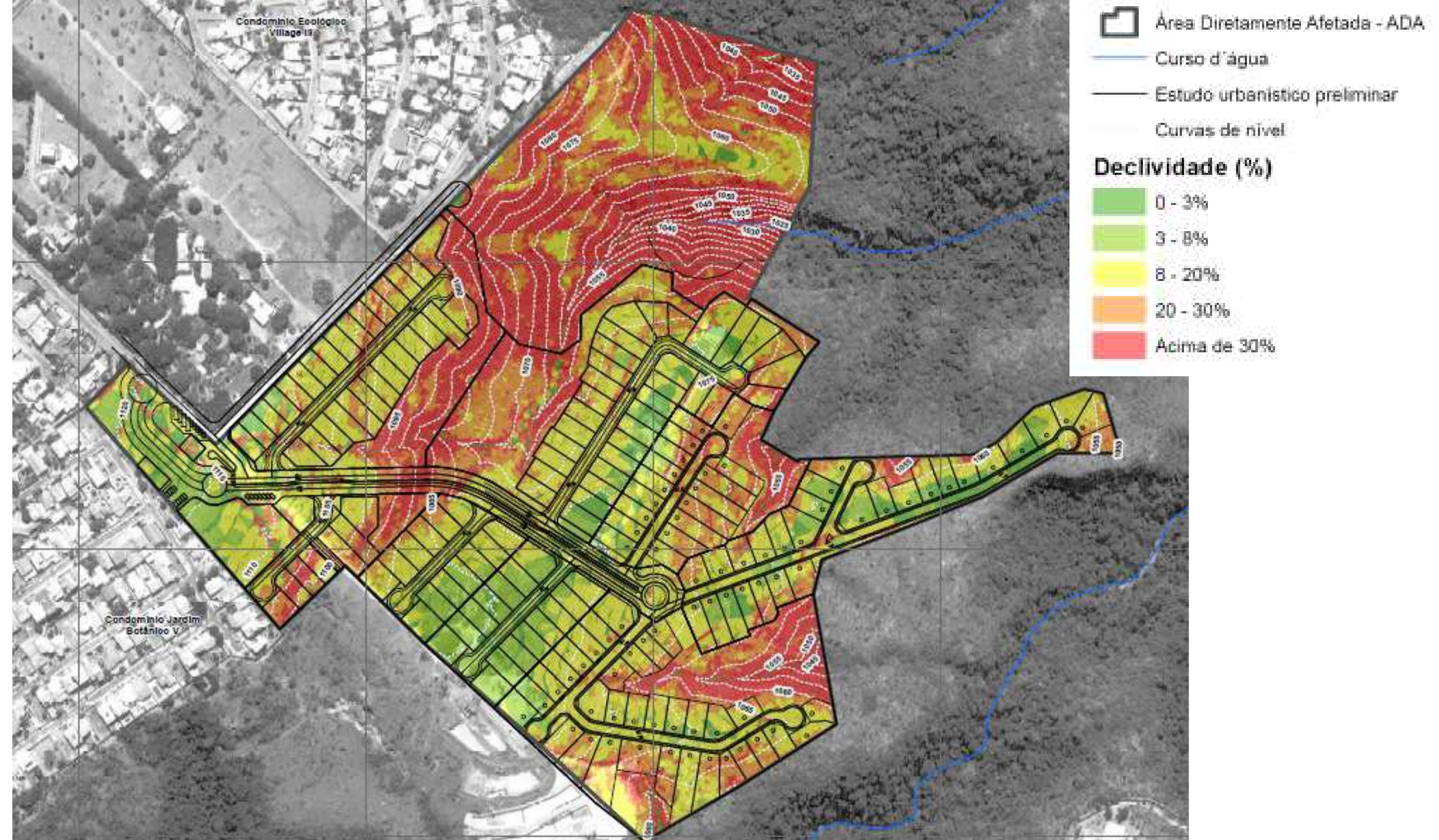
VIII – as atividades e empreendimentos urbanos devem executar projetos de contenção de encostas, drenagem de águas pluviais, sistema de coleta e tratamento de águas servidas, sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário, recomposição da cobertura vegetal nativa, pavimentação dos acessos, coleta de lixo e destinação adequada dos resíduos sólidos;

IX – a implantação de parcelamentos urbanos é permitida mediante a aprovação do projeto urbanístico pelo órgão competente, que deve priorizar os conceitos do planejamento urbano e da sustentabilidade ambiental;

XI – as áreas com remanescentes de cerrado devem ser mantidas no parcelamento do solo e destinadas à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, a serem mantidas e geridas pelo empreendedor ou condomínio, se for o caso.

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

MEIO FÍSICO



Cabe ressaltar que 30% de declividade corresponde à um parâmetro tratado no âmbito do Art. 3º da Lei nº6.766/1979 e, **NÃO SE CONFIGURA UMA RESTRIÇÃO AMBIENTAL** uma vez que, conforme a Lei 12.651/2012, as restrições ambientais estão associadas à declividade superior a 100%.



CAMBISSOLOS são predominantes na área de estudo e são característicos de áreas com maior declividade sendo solos pouco desenvolvidos são considerados rasos e ocorrem associados com afloramentos rochosos.

MEIO BIÓTICO

MEIO BIÓTICO - FLORA

No levantamento da flora observou-se as seguintes formações vegetais:

- Cerrado ralo;
- Cerrado denso;
- Gramíneas e indivíduos isolados;
- Mata de galeria (Localizada nas áreas de APP, porém não sofrerão intervenção do projeto urbanístico)

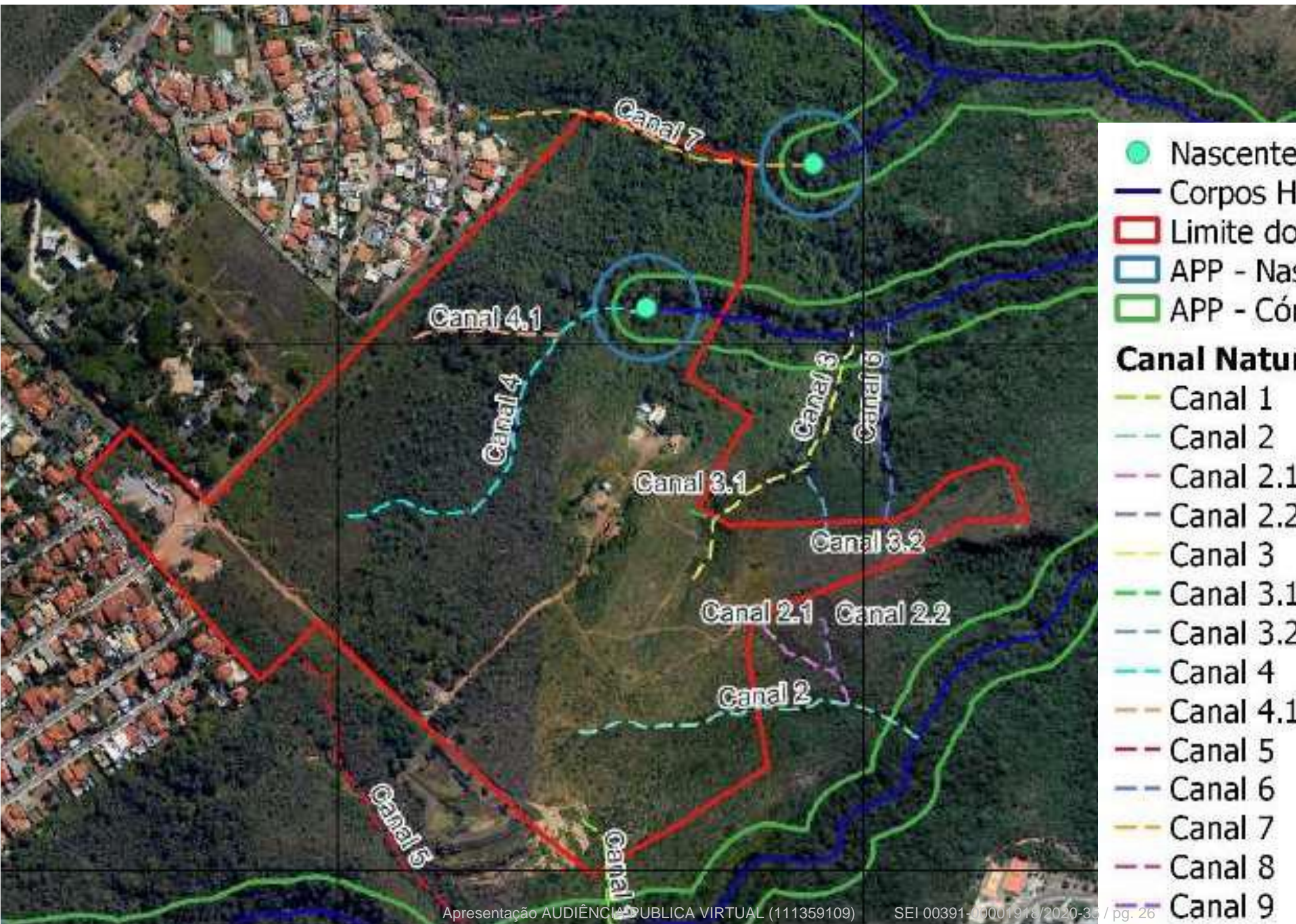


Cerrado denso



Gramíneas com indivíduos isolados

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E OUTRAS RESTRIÇÕES AMBIENTAIS



- Nascentes
 - Corpos Hídricos
 - ▭ Limite do Imóvel
 - ▭ APP - Nascentes - 50m
 - ▭ APP - Córregos 30m
- Canal Natural de escoamento**
- Canal 1
 - Canal 2
 - Canal 2.1
 - Canal 2.2
 - Canal 3
 - Canal 3.1
 - Canal 3.2
 - Canal 4
 - Canal 4.1
 - Canal 5
 - Canal 6
 - Canal 7
 - Canal 8
 - Canal 9

FAIXAS MARGINAIS DE PROTEÇÃO DOS CANAIS DE ESCOAMENTO (GROTAS SECAS) DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.

Legenda:

- Nascentes
- Canal Natural de escoamento
- Corpos Hídricos
- Faixas de proteção de Canal
- APP - Nascentes - 50m
- APP - Córregos 30m
- Limite do Imóvel
- Proposta de Urbanismo



MEIO BIÓTICO - FAUNA

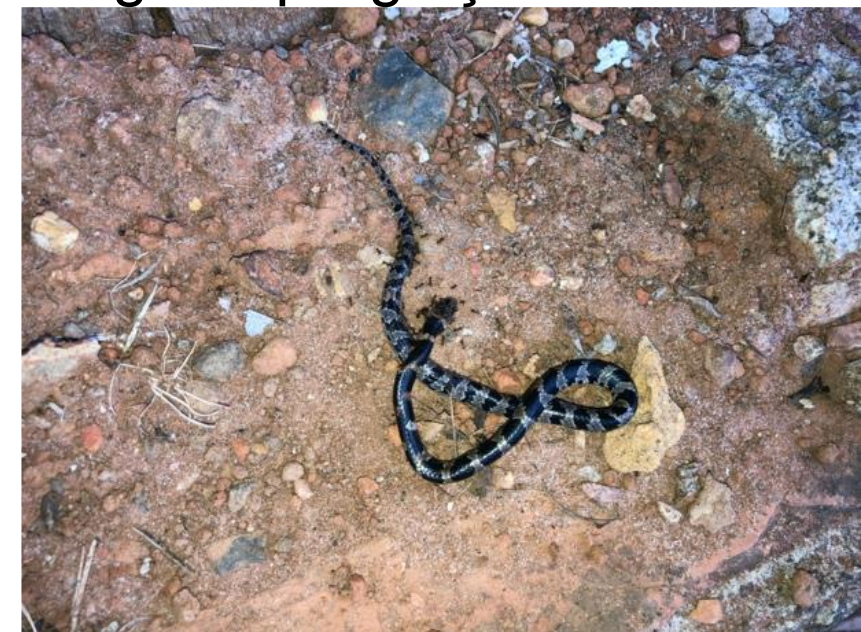
Processo específico - SEI GDF nº 00391- 00001765/2021-15

- **PLANO DE TRABALHO** (Doc. SEI/GDF (56115372) - **APROVADO** (Parecer Técnico nº202/2021 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-VI (58088917);
- Emissão da **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL SEI-GDF N.º 91/2021** - IBRAM/PRESI (Doc SEI GDF 60033802).
- **RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO FAUNA TERRESTRE** (Id.74579142), com o diagnóstico dos seguintes grupos: *Entomofauna, Herpetofauna, Ornitofauna e Mastofauna*.
 - Coleta de dados primários em duas campanhas, sendo uma executada entre 27 de abril e 13 de maio de 2021, e outra entre 28 de junho e 14 de julho de 2021.
- **PARECER TÉCNICO** n.º 312/2022 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-VI (Id. 81253178) concluiu pela **aprovação do estudo de fauna e considerando a viabilidade de emissão da Licença Prévia** do empreendimento.

MEIO BIÓTICO - FAUNA



Lagarto preguiça



Jararaca dormideira



Pica pau rajado



62F17C 05-09-2021 00:07:42

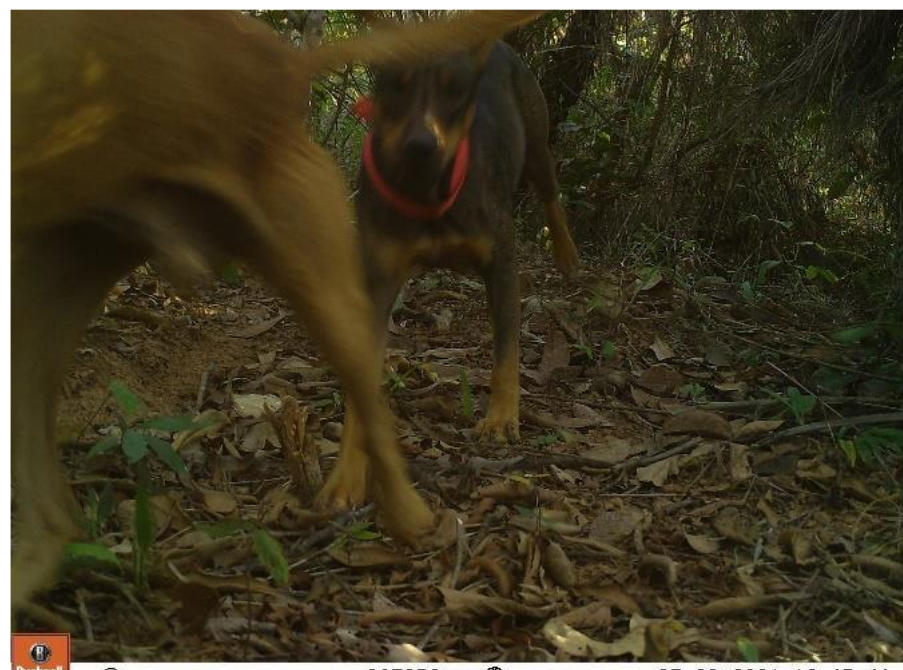


55F13C 07-07-2021 23:44:33

Registro Capivara; Saruê; Gato do mato (armadilha fotográfica)



66F19C 07-08-2021 17:28:48



80F27C 07-08-2021 16:47:41

Registro Quatis; Cães domésticos (armadilha fotográfica)

MEIO SOCIOECONÔMICO

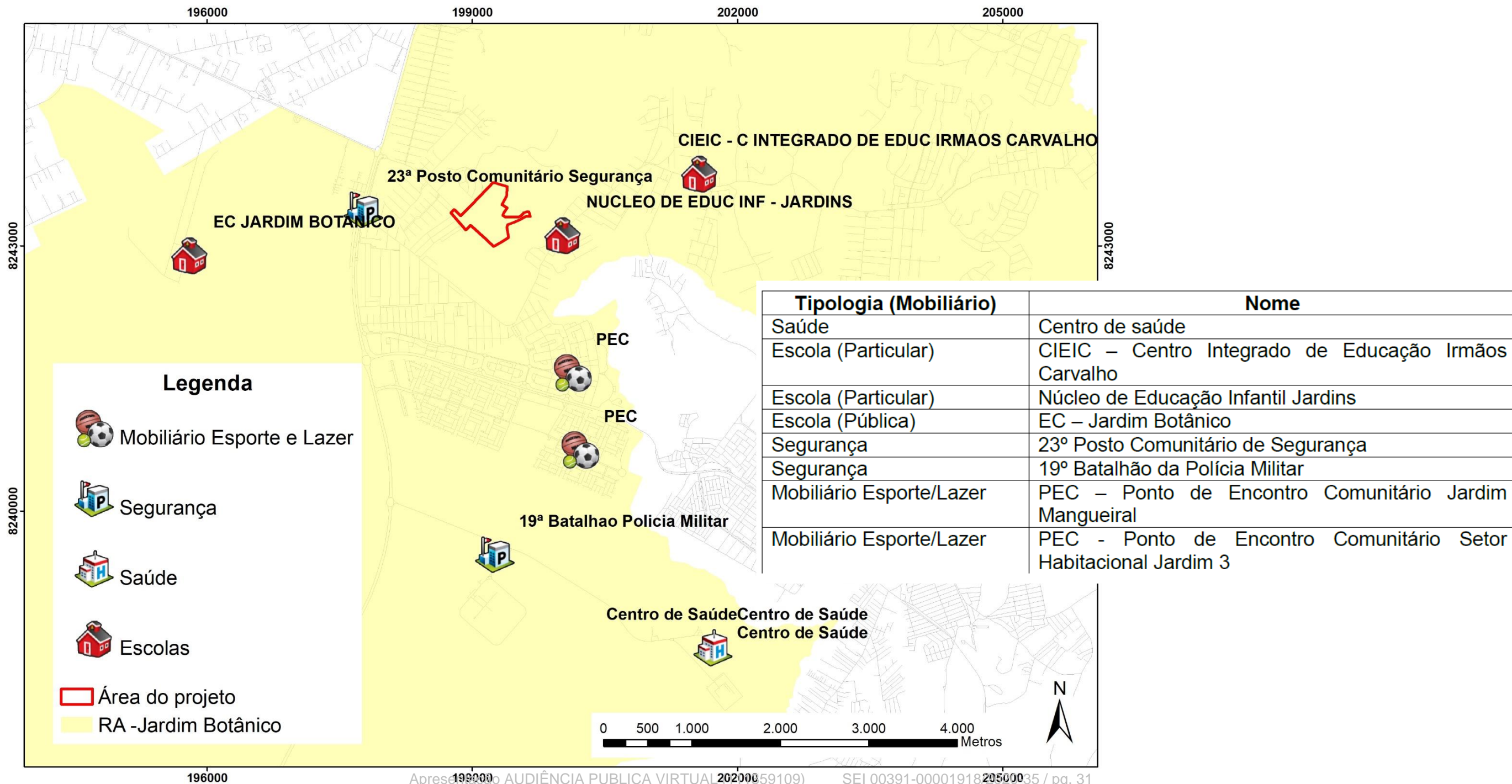
A área do empreendimento está situada, geograficamente, na Região Administrativa do Jardim Botânico (RA XXVII). O estudo ambiental trabalhou com os dados e os indicadores disponibilizados na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio – PDAD

O perfil populacional da Região Administrativa de Jardim Botânico é de **classe média e alta, com alta escolaridade**. A maior parte dos condomínios é fechada, com entrada Controlada. O **padrão de ocupação da área é de condomínios horizontais com moradias de alto padrão**.

Uma das explicações para o crescimento populacional no Jardim Botânico foi a criação de novos parcelamentos de solo, tanto de condomínios oriundos de propriedades privadas, quanto os criados pelo GDF

MEIO SOCIOECONÔMICO

Equipamentos públicos urbanos e comunitários da área de influência



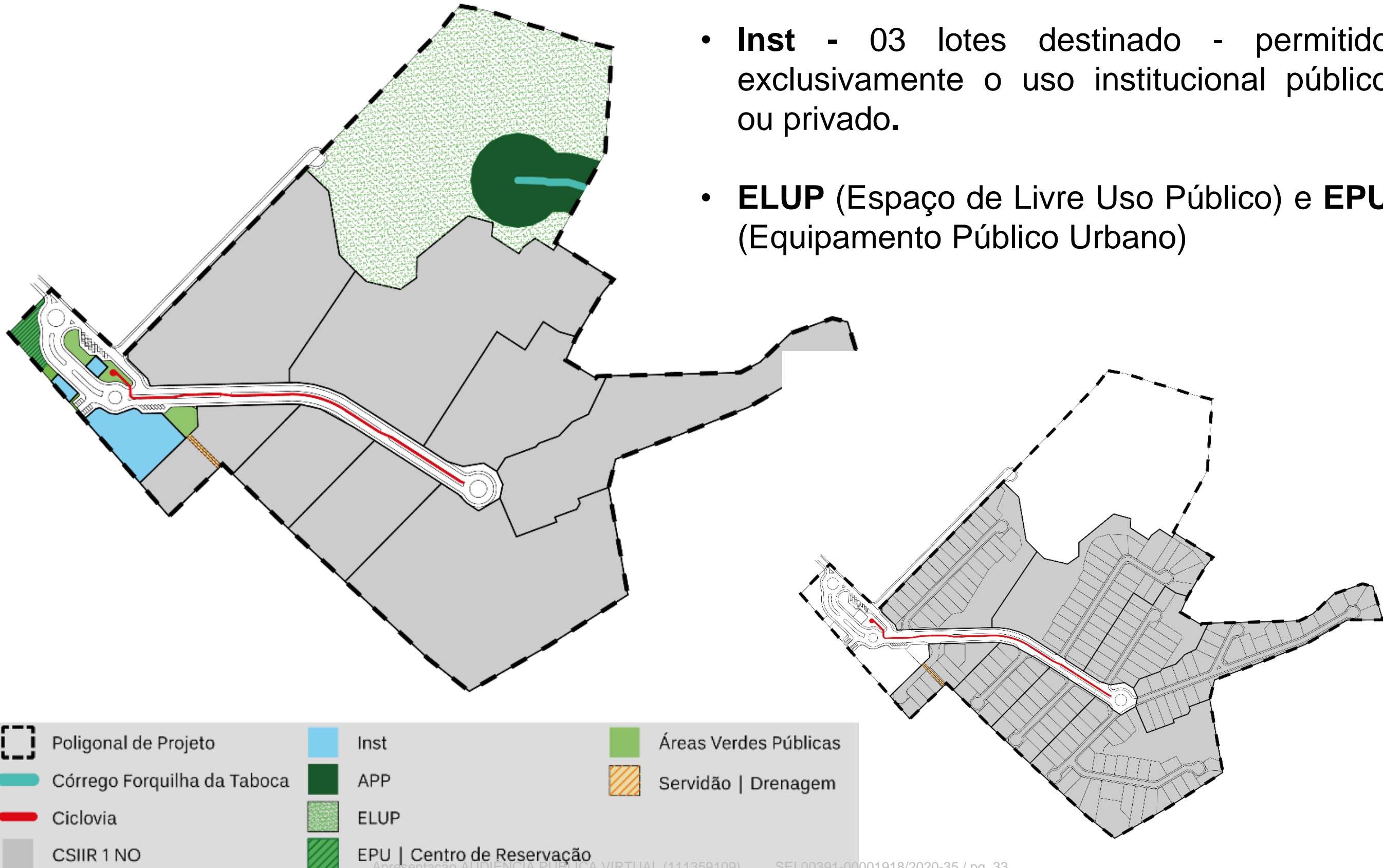
URBANISMO

PROPOSTA DE USO E OCUPAÇÃO

- **CSIIR 1 NO** - 08 lotes destinados às atividades de comércio e prestação de serviços, institucional, e residencial não obrigatório; - 172 unidades autônomas.

- **Inst** - 03 lotes destinado - permitido exclusivamente o uso institucional público ou privado.

- **ELUP** (Espaço de Livre Uso Público) e **EPU** (Equipamento Público Urbano)



INFRAESTRUTURA

Quanto à infraestrutura básica que deverá atender ao projeto, foram realizadas consultas as concessionárias de serviço público (CAESB, NEOENERGIA/CEB, NOVACAP, SLU) para entender quais as alternativas de atendimento à população prevista para ocupar a área estudada.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

No que tange ao SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, a CAESB informou que não consta interferência com redes implantadas de abastecimento de água com a poligonal de estudo.

Quanto à viabilidade de atendimento para atendimento de Abastecimento de água (SAA), o TVA informa que o empreendimento poderá ser ligado ao sistema de abastecimento de água da CAESB a partir da derivação da rede de distribuição PVC DEFFO-150 (Coordenadas Geográficas: 198.539 / 8243664). Esta interligação poderá ser feita a partir de Setembro de 2025, conforme cronograma de implantação apresentado pelo empreendedor.

Portanto, a solução de abastecimento de água do projeto considera a interligação ao sistema da CAESB que, atualmente, está sendo reforçado pela concessionária.

Apesar de saber que o empreendimento será atendido pela concessionária pública optou-se por garantir a reserva ao direito de uso de água subterrânea ao empreendimento, por meio da Outorga Prévia para captação de água subterrânea, por meio de 3(três) poços

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA



SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Quanto ao ESGOTAMENTO SANITÁRIO, a CAESB informou que o **empreendimento se localiza na bacia de atendimento da ETE São Sebastião.**

Da mesma forma, que foi planejado para fins de abastecimento de água, o cronograma de implantação do empreendedor e os reforços no sistema que a Caesb está implementando, torna viável o atendimento do empreendimento com sistema de esgotamento sanitário da CAESB.

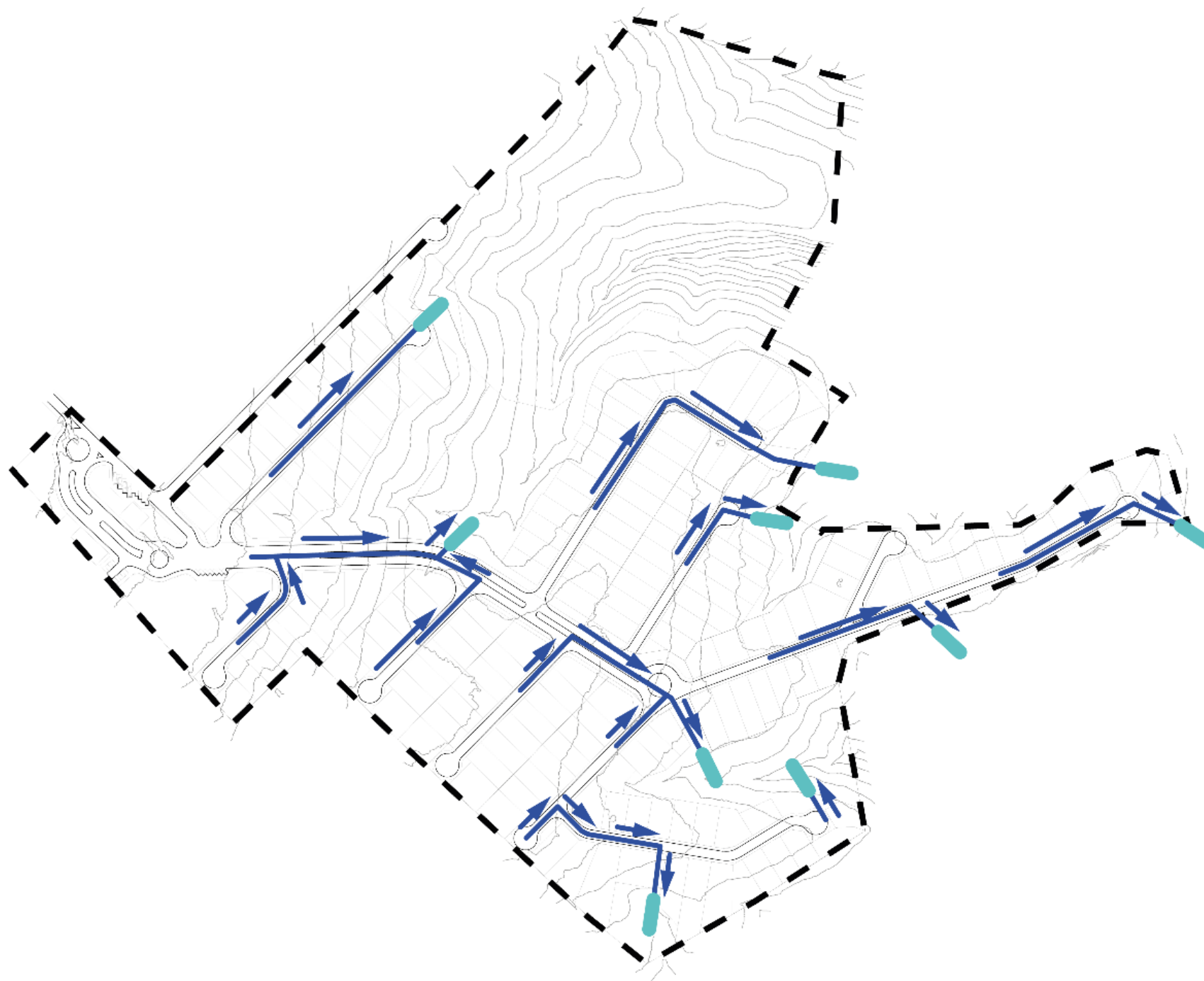
Dessa forma, o atendimento do esgotamento sanitário considera a interligação ao sistema de tratamento existente da CAESB.

SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL

Quanto ao Sistema de Coleta das Águas das Chuvas (Águas Pluviais) que serão enviadas para os córregos e rios locais, a NOVACAP informou que **EXISTE rede pública implantada e/ou projetada nas proximidades do empreendimento (Condomínio Jardins do Lago 1), todavia não há capacidade de atendimento.**

Portanto, o empreendedor deverá elaborar um projeto de drenagem pluvial completo e específico para o local, prevendo a implantação de estrutura de amortecimento (bacias de detenção/retenção) e a utilização de dispositivos de infiltração (quando for possível) das águas das chuvas.

SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL



ENERGIA ELÉTRICA

A CEB informou que há interferência com redes elétricas existentes, e que havendo interesse na eliminação das interferências sinalizadas, deve-se solicitar orçamento junto a NEOENERGIA ou contratar empresa legalmente habilitada.

A concessionária informa também que existe viabilidade para o fornecimento de energia elétrica ao empreendimento, e que deve ser submetido o projeto elétrico para aprovação da distribuidora e implante infraestrutura básica das redes de distribuição e Iluminação Pública.

COLETA DE LIXO

O SLU respondeu que se encontra equipado e preparado para executar a coleta do lixo na área estudada, uma vez que, nas proximidades, a coleta dos resíduos residenciais e comerciais já é realizada.

Por essa razão, não haverá impacto significativo quanto à capacidade de realização dos serviços de coleta, transporte e destinação final dos lixos que serão gerados.

CONSIDERAÇÕES GERAIS INFRAESTRUTURA

Após manifestação das concessionárias (CAESB, NEOENERGIA, NOVACAP e SLU) é possível observar que existem alternativas e soluções para viabilizar a implantação do projeto.

Os projetos e estudos técnicos solicitados pelas concessionárias deverão ser elaborados com mais detalhes nas etapas seguintes de licenciamento. Além disso, todos os projetos necessitam da aprovação das concessionárias para que a implantação das obras esteja em conformidade com as exigências da CAESB, NEOENERGIA e NOVACAP

IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

IMPACTOS AMBIENTAIS

Essa parte da análise teve o objetivo de identificar, descrever e avaliar os potenciais impactos ambientais associados aos componentes ambientais mencionados anteriormente (meios biótico, físico e socioeconômico), durante as etapas de planejamento, construção e ocupação do projeto proposto.

Para avaliação considerou-se:

- Etapas do Empreendimento – Planejamento, Instalação e Operação;
- Meio Físico – Ar, solo e água;
- Meio Biótico – Flora e Fauna;
- Meio socioeconômico – Aspectos sociais.

IMPACTOS AMBIENTAIS

Método de avaliação de impactos:

Lista de checagem

- a) **Natureza**: positivo (P) ou negativo (N).
- b) **Ocorrência**: efetivo (E) ou potencial (P).
- c) **Incidência**: direto (D) ou indireto (I)
- d) **Abrangência**: local (L) ou regional (R).
- e) **Duração**: temporário (T), permanente (Pe) ou cíclico (C).
- f) **Tempo**: imediato (Im), médio prazo (Mp) ou longo prazo (Lp).
- g) **Reversibilidade**: reversível (Rv) ou irreversível (Iv).
- h) **Magnitude**: irrelevante (Ir), pouco relevante (Pr), relevante (Re) ou muito relevante (Mr).

MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS



Tendo em vista a análise dos impactos, o estudo ambiental avaliou e alertou com relação ao acompanhamento contínuo que deve ser observado nas diferentes etapas de desenvolvimento do projeto. Dessa forma, foram elencadas as medidas compensatórias e mitigadoras que deverão ser observadas ao longo da instalação e operação do empreendimento, por exemplo:

- Plantar mudas típicas do Cerrado, em local a ser indicado pelo IBRAM, conforme Termo de Compromisso de Compensação Florestal a ser assinado com o órgão ambiental;

MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

- Realizar a compensação ambiental, conforme Termo de Compromisso de Compensação Ambiental a ser assinado, com o órgão ambiental;
- Acompanhar diariamente a obra e realizar os programas de Monitoramento e controle ambiental.



MONITORAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL

- ✓ Programa de Monitoramento das Ações de Limpeza do Terreno, Remoção da Vegetação e Movimento de Terra;
- ✓ Programa de Monitoramento de Efluentes de Obras;
- ✓ Programa de Monitoramento de Ruídos de Obras;
- ✓ Programa de Monitoramento de Sinalização e Controle de Tráfego na Obra;
- ✓ Programa de Monitoramento de Processos Erosivos;
- ✓ Programa de Monitoramento de Vigilância Sanitária Ambiental;
- ✓ Programa de Monitoramento de Educação Ambiental;
- ✓ Programa de Monitoramento de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; e
- ✓ Programa de Monitoramento de Recursos Hídricos Superficiais.

CONCLUSÃO

- Considerando que existe déficit habitacional no Distrito Federal e que há procura por oferta de novas moradias de forma regular;
- Considerando que a proposta de Uso e Ocupação da área está de acordo com os zoneamentos urbanísticos e ambientais;
- Considerando que as alternativas de infraestrutura foram propostas considerando o atendimento da população, levando em consideração as respostas fornecidas pelas concessionárias de serviços públicos;
- Considerando que as medidas para reduzir e compensar os impactos ambientais foram previstas ao longo do presente estudo ambiental;

Conclui-se que o projeto atende às legislações ambientais e urbanísticas existentes e apresenta soluções de infraestrutura aptas a garantir a viabilidade ambiental do empreendimento, sendo, portanto passível de obter a LICENÇA PRÉVIA, desde que cumpridas as medidas para reduzir e compensar os impactos ambientais.

EQUIPE TÉCNICA

Profissional	Formação	Registro no conselho	Atuação
Cristiano Goulart Simas Gomes	Geólogo	CREA/DF 10.854/D	Coordenação
Verena Felipe Mello	Engenheira Florestal	CREA/DF 16.460/D	Coordenação
George Henrique Gonçalves	Geógrafo	CREA/DF 21.802/D	Geoprocessamento
Lázaro Silva de Oliveira	Engenheiro Florestal	CREA/DF 20159/D	Meio Biótico
Alba Rodrigues Grilo	Arquiteta/Urbanista	CAU A75909-0	Urbanismo
Camila Coimbra M.Reinaux da Cunha	Arquiteta/Urbanista	CAU A106839-3	Urbanismo
Antônio de Pádua Mendonça Fragassi	Engenheiro agrimensor	CREA DF 10446/D	Levantamento Topográfico
ThalesThiago Sousa Silva	Engenheiro civil	CREA DF 22706/D	Infraestrutura
Rafael Monteiro Virgílio De Carvalho	Biólogo	CRBIO 057794/04-D	Coordenação Levantamento Fauna

OBRIGADA!



INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL

Superintendência de Licenciamento Ambiental

INTERVALO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

Apresentação do do Estudo de Relatório de Impacto de Vizinhança (RIVI)
Empreendimento Residencial Jardins do Lago

Contribuições e/ou Perguntas:

WhatsApp (61) 99248-9698 em formato de texto ou áudio

E-mail: licenciamento.ibram@gmail.com

Formulário: <https://www.brasiliaambiental.df.gov.br/apresentacao-e-discussao-do-rivi-do-empreendimento-residencial-jardins-do-lago/>

AS MANIFESTAÇÕES DEVEM SER ENCAMINHADAS PREFERENCIALMENTE NA FORMA DE TEXTO, deixando o formato de áudio exclusivamente para aqueles participantes que não tenham condições de envio no formato de texto.

A MANIFESTAÇÃO DEVE SER ENVIADA contendo a identificação do interessado (nome completo, se for representante de algum grupo, associação ou entidade, incluir o nome completo desta).